



Ata da 332ª, trecentésima trigésima segunda, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em trinta de agosto de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria, Carlos Alberto Abreu dos Santos, Carlos Augusto Zani, Dayane Lisboa Azevedo, Danielle de Paula, José Edson Silva Souza (empossado), José Ricardo Vinhas, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Renata Ramos Vieira e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Evandro Paulino de Araújo, Reynaldo Bueno Prianti Neto estes justificados e Bráulio Elieser Santos da Silva. Também participaram da reunião a diretora do departamento de benefícios Sandra Pereira Rossi, a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina. A reunião teve início às 9h10 A reunião foi conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, leu um ofício do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jacareí indicando a substituição de representante e deu posse ao conselheiro José Edson da Silva Souza, o novo conselheiro indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais substituiu a conselheira Sueli, deixando registrado os agradecimentos pela participação da Sra. Sueli, em especial no momento da reforma previdenciária, o conselheiro apresentou-se e após a presidente anunciou a pauta do dia conforme a convocação, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 331ª Reunião Ordinária . A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata que foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Julho/2022). O balancete do mês de Julho/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Junho, e o IPMJ referente a competência de Julho, que totalizou o valor de R\$ 2.098.934,57 (dois milhões, noventa e oito mil, novecentos e noventa e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), com um acumulado de R\$ 15.273.071,95 (quinze milhões, duzentos e setenta e três mil, setenta e um reais e noventa e cinco centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Destacou ainda que no período não houve o repasse referente a contribuição oriunda de processo administrativo ou sentença judicial. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 16.526,81 (dezesseis mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e um centavos), acumulando o valor de R\$ 133.001,14 (cento e trinta e três mil, um real, e quatorze centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10). Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de julho registrou-se

Danielle de Paula

al [Handwritten signatures]



movimentação dos fundos de renda fixa e variável no valor de R\$ 18.944.441,18 (dezoito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), desta forma a receita patrimonial acumulou o montante de R\$ 35.714.047,09 (trinta e cinco milhões, setecentos e quatorze mil, quarenta e sete reais e nove centavos), entre os movimentos de renda fixa, renda variável e recebimento de rendimentos de títulos públicos. Houve o recebimento de restituição de benefícios previdenciários, sendo registrado o valor de R\$ 191.708,69 (cento e noventa e um mil, setecentos e oito reais e sessenta e nove centavos), no mês o valor mais expressivo foi uma restituição de pagamento de auxílio doença no valor de R\$ 184.128,81 (cento e oitenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais e oitenta e um centavos) em decorrência do PAD 41/2019. O advogado Francisco Caluza esclareceu que apurou-se que uma servidora recebeu auxílio doença referente ao período de 2017 à 2019, contudo constatou-se que a servidora no período estava trabalhando em uma instituição privada, assim houve um acordo de não persecução penal com o Ministério Público para a ressarcimento dos valores recebidos indevidamente. A restituição de benefícios acumulou no ano R\$ 824.510,40 (oitocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês (referencia 5), o valor contabilizado de R\$ 514.142,86 (quinhentos e quatorze mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), totalizando um acumulado de R\$ 3.552.133,11 (três milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e três reais e onze centavos). Destacou ainda o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ, apresentando também as receitas intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.335.897,75 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), com acumulado de R\$ 16.511.159,43 (dezesseis milhões, quinhentos e onze mil, centos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota e ocorreu conforme as competências da contribuição de servidores. Quanto a contribuição previdenciária em relação aos acordos de parcelamentos, esclareceu que no mês de agosto ainda não tinha sido realizado o cadastro dos parcelamentos, conforme a Emenda 113, no órgão competente - SPREV, por problemas no sistema Cadprev, que não está preparado para receber acordos judiciais, estando sob análise apenas o acordo 00649/2022, informou que a Prefeitura executou os pagamentos dos acordos vigentes, sendo registrado o valor de R\$ 1.367.351,96 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), gerando um acumulado de R\$ 10.188.204,50 (dez milhões, cento e oitenta e oito mil, duzentos e quatro reais e cinquenta centavos). Referente à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) no balancete do mês de julho/22 foi de 18,01%, totalizando no mês o valor de R\$ 2.629.344,91 (dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais, noventa e um centavos), acumulando o valor de R\$ 17.026.972,34 (dezessete milhões, vinte e seis mil, novecentos e setenta e dois reais e trinta e quatro centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 28.099.771,37 (vinte e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e setenta e um reais



e trinta e sete centavos), com um acumulado no ano de R\$ 99.292.501,94 (noventa e nove milhões, duzentos e noventa dois mil, quinhentos e um reais e noventa e quatro centavos). Das receitas extra orçamentárias explicou que o relatório esta mais extenso em decorrência de adequações contábeis exigidas pelo sistema AUDESP/Tribunal de Contas, esclareceu que se tratam de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado, pago e a pagar; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias (inativos, pensionistas, COMPREV e Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP). Apresentou a ação de despesas administrativas, destacando as despesas e encargos com pessoal, registrando o valor de R\$ 183.346,06 (cento e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais, e seis centavos), despesas com a manutenção do gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ, que totalizou no período o valor de R\$ 114.348,11 (cento e quatorze mil, trezentos e quarenta e oito reais e onze centavos), despesas com manutenção predial e veicular no valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), encerrando o mês com o total de despesas empenhadas de R\$ 10.439.966,52 (dez milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), no ano o valor de R\$ 70.112.216,08 (setenta milhões, cento e doze mil, duzentos e dezesseis reais e oito centavos). Destacou que em decorrência das alterações do relatório para as adequações contábeis, foi constatado contabilizações em duplicidade quanto a rescisões devido ao RH não estar integrado com a contabilidade, assim há o registro do item Resultado Aumentativo – Outros no valor negativo de R\$ 18.672,40 (dezoito mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), representando um ajustes de contas extra orçamentárias de exercícios anteriores, devido a esta duplicidade no passado, sendo questionado pela conselheira Adriana qual o período apurado, sendo esclarecido que foi apurado que o valor foi pago, não havendo débitos, porém foram registrados em duplicidade gerando este valor negativo, posto que apenas o valor devido foi pago, acrescentando que grande parte do valor referiam-se a repasses a UNIMED e outras devoluções em rescisões no período a partir de 2012 até 2021, sendo que referente a UNIMED foi no período de 2016 a 2021, esclarecimento prestado pela contadora Ivanir que apresentou-se na reunião para tal elucidação. Apresentou o Resumo do Balanço Financeiro com os dados financeiros e patrimoniais, conforme as normas contábeis. Apresentou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso, descrevendo os registros dos resgates e aplicações ocorridos no período, totalizando R\$ 616.769.835,47 (seiscentos e dezesseis milhões, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos), representando a parte financeira da carteira do instituto o valor de R\$ 608.725.553,45 (seiscentos e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco) que também é composta pela parte de rendimentos, que é lançada contabilmente como patrimônio. Apresentou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso com todas as movimentações financeiras (aplicações e resgates) ocorridas durante o mês de julho/22, atendendo as demandas do comitê de investimento e a diretoria executiva, destacando que no mês ocorreu grande movimentação de resgates financeiros,



destacando dentre outros resgates os maiores foram o resgate Caixa Brasil IMA-B5 TP FI RF LP no valor de R\$ 76.844.529,04 (setenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e vinte e nove reais e quatro centavos) e o resgate Total BB Previdenciário RF IMA-B5 LP FIC FI no valor de R\$ 49.388.199,93 (quarenta e nove milhões, trezentos e oitenta e oito mil, cento e noventa e nove reais e noventa e três centavos) totalizando o valor de R\$ 149.408.108,80 (cento e quarenta e nove milhões, quarenta e oito mil, cento e oito reais e oitenta centavos) de todos os resgates no mês. No Relatório Despesa Paga por Tipo de Despesa, que foi conferido pelo conselho fiscal que verifica as despesas, as notas de pagamento, e a utilização de cada item, verificou-se de forma resumida tudo que foi registrado no relatório. Observou-se o relatório gerencial quanto a taxa de administração e a execução orçamentária com as receitas previdenciárias e administrativas. As despesas previdenciárias empenhadas totalizou o valor de R\$ 10.138.897,35 (dez milhões, cento e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos) no mês, acumulando R\$ 67.629.642,04 (sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quatro centavos), e as administrativas R\$ 301.069,17 (trezentos e um mil, sessenta e nove reais e dezessete centavos) no mês, acumulando R\$ 2.482.574,04 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quatro centavos), sendo possível notar que o saldo da Taxa de Administração, pelo valor empenhado, foi negativo R\$ 28.921,43 (vinte e oito mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), levando em consideração o valor da taxa para 2022 de R\$ 2.453.652,61, esclarecendo a assessora Fabíola que é possível o saldo empenhado negativo considerando que há reservas financeiras de exercícios anteriores para a Taxa de Administração, sendo permitido por lei, esclarecendo, ainda, que houve alteração na forma de cálculo da taxa, o que gerou uma redução no valor apurado para 2022. Durante a apresentação a conselheira Daniele solicitou esclarecimento quanto as despesas referentes a formação, pois sempre há dúvidas quanto a estes gastos, sendo explicado pela assessora sobre esta informação. Destacou a conselheira Daniele que é possível consultar nas atas os investimentos com formação, sendo complementado pela assessora Fabíola que o Pró Gestão prevê o investimento em formação para qualificar servidores e conselheiros para as discussões do instituto. Por fim, registrou que as disponibilidades do instituto encerrou o mês com o valor de R\$ R\$ R\$ 636.864.019,79 (seiscentos e trinta e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, dezenove reais e setenta e nove centavos), sendo conta corrente R\$ 8.044.282,02 (oito milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e dois centavos) e carteira de investimentos R\$ 628.819.737,77 (seiscentos e vinte e oito milhões, oitocentos e dezenove mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos). Destacou por fim que na próxima reunião serão apresentados gráficos que facilitarão a compreensão dos dados apresentados. O assessor Luis deu continuidade a apresentação expondo o relatório de investimentos mensais do instituto, destacando as dificuldades do mercado financeiro, apresentando como cenário: o impacto da economia mundial, em especial referente aos reflexos das economias dos EUA, Europa e China e o fim da alta da taxa de juros no Brasil. O assessor apresentou o quadro com desempenho e



movimentações do patrimônio do instituto, destacando que no mês de junho de 2022 o valor da carteira do instituto era de R\$ 616.849.459,57 (seiscentos e dezesseis milhões e oitocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), apresentando uma boa rentabilidade no mês de julho com o fechamento no valor de R\$ 628.819.737,77 (seiscentos e vinte e oito milhões e oitocentos e dezenove mil e setecentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), assim a rentabilidade acumulada da carteira no mês foi de 2,05% e no ano foi de 0,97%. Quanto a distribuição dos investimentos relatou que o rendimento em renda fixa ficou próximo de 1%, o que era esperado, por ser um investimento mais seguro. A presidente perguntou como está o cenário de agosto, sendo respondido pelo assessor Luiz que ainda não houve melhora devido ao cenário mundial que ainda apresenta perspectiva negativa. Posteriormente comentou a movimentação dos investimentos de resgate da Caixa e do Banco do Brasil, afirmando ter sido uma ação acertada conforme uma avaliação interna, entendendo que com o resgate houve uma proteção do patrimônio, considerando que o valor foi investido em fundos mais rentáveis no momento de alta de juros, pois estes têm vínculo com a taxa selic (Matriz e Institucional), alocando ainda uma parte em títulos públicos. Apresentou o enquadramento legal dos investimentos que está em 64,40% no art. 7º, 16,81% no art. 8º, 7,50% no artigo 9º 9,29% no art. 10. Quanto ao investimento no fundo PATRIA SPECIAL OPPORTUNITED informou que o gestor foi chamado para conversar, relatando que foi verificado que na época o entendimento dos gestores foi equivocado, a conselheira Adriana questionou no chat “Esta avaliação do Pátria não poderia ter ocorrido há 4 anos atrás?” sendo respondido que por 7 anos o entendimento dos gestores estava correto considerando a rentabilidade do fundo, a conselheira também solicitou uma apresentação com o histórico do investimento deste fundo, sendo respondido pela presidente que poderia ocorrer a apresentação dos documentos conforme apresentado ao Tribunal de Contas, sendo acrescentado pelo assessor que não era possível prever a situação, que até o final do ano o fundo encerra e que para o futuro é importante diversificar o investimento. A presidente destacou que não há mais o que fazer quanto a este investimento. O assessor informou que na data de amanhã haverá uma reunião com o gestor do FIDC e que na próxima reunião apresentará maiores informações sobre esta reunião. O assessor apresentou ainda informações sobre outros investimentos, esclarecendo que pretende um estudo para avaliar os investimentos já existentes. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, sendo os relatórios de execução orçamentaria, finanças e investimentos aprovados por unanimidade. 3- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros vinte expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: dezessete aposentadorias e três pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Cássio Luis Ferreira, Thelma de Abreu Correa de Lara, Solange Maria Martins de Assis, Roberto Teixeira, Célia Regina da Silva Oliveira, Paulo Duarte da Rocha, Adriana Menezes Bento Lourenço Araújo, Fabricia Goossens Peloggia, Erica Oliveira de Moraes, Geralda Alves dos Santos, Larissa Leite Siqueira Restani, Silvana de Carvalho

D. Paula



Correa, Maria Anselma de Souza Santos, Aldo Francisco Barcia Alves, Edivaldo Henrique dos Santos, Renato Barreto da Silva, Euzir França; Pensões: Benedito de Freitas - Beneficiário: Thiago Henrique Rodrigues de Freitas; Silvio Leite - Beneficiário: Eliana Romero Prado Leite; Sebastião Pereira da Silva - Beneficiário: Aparecida de Fátima da Silva. Aberta a votação todos se manifestaram favoráveis a aprovação, sem nenhuma rejeição. A diretora Sandra solicitou ao Sr. Glauber/TI que apresentasse o portal de transparência em que há informações quanto às aposentadorias (média de idade, sexo e outras informações). 5- Informes: a) A conselheira Rosimeire Godoy de Lima apresentou no final do mês de julho o pedido de desligamento por questões particulares, sendo o procedimento neste caso a substituição pelo suplente, contudo não há suplente eleito, assim foi informado a Fundação Cultural que procurou conversar com a servidora sobre a decisão, contudo não houve alteração, assim a Fundação Cultural ficará sem representante no Conselho Deliberativo; b) Convite para o curso gratuito de 04 a 06/10, em evento aberto ao Vale do Paraíba, contribuindo para Certificação do Pró Gestão (conselheiros e dirigentes), informou também que em SJC haverá um curso para os membros do CAIF de 13 a 15/09, com cinco vagas para quem tiver interesse. A conselheira Danielle questionou sobre a licitação da sede, sendo informado que a primeira deu deserta, assim estão estudando os eventuais motivos da ausência de participantes, e que ocorrerá uma nova publicação com um prazo maior. Também questionou sobre a empresa de auditoria para certificação do Pró Gestão, sendo informado pela presidente que está em processo, sendo respondido pelo assessor Luiz que já houve a cotação e que estão na fase de verificação dos itens necessários para a certificação, para depois proceder a contratação da empresa. A conselheira Danielle solicitou que as atas do conselho deliberativo sejam atualizadas no site, pois a última pública foi à ata de maio. A Diretora Sandra solicitou a divulgação do Programa Legado e informou que haverá uma matéria da TV Vanguarda do trabalho desenvolvido. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h20. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária Adriana Cristina de Souza Faria, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, trinta de agosto de dois mil e vinte e dois. *****

PRESIDENTE

Rossana Vasques

CONSELHEIROS

Adriana Cristina de Souza Faria

Danielle de Paula

Carlos Augusto Zani



Carlos Alberto Abreu dos Santos

José Edson Silva Souza

José Ricardo Vinhas

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Renata Ramos Vieira

Victor Adriano Vieira Silva